

## AMBIENTE

Na Colômbia, a estimativa é que a exploração tem sido mais lucrativa que o narcotráfico; Criminosos conseguem pagar fornecedores de drogas em outros países com metal obtido

# Mineração ilegal de ouro avança na Amazônia e vira principal ilícito ambiental, diz Abin

**RAQUEL LOPES**  
Da Folhapress - Brasília

Relatório da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) aponta que a mineração ilegal de ouro avança na região de fronteira da amazônia entre o Brasil e a Colômbia, tornando-se uma atividade lucrativa de grupos criminosos e o principal ilícito ambiental daquela área.

O avanço é impulsionado por uma combinação de fatores: os altos preços do ouro no mercado internacional, a reduzida presença do Estado em extensas áreas da região e a elevada porosidade das fronteiras, que facilita a atuação de redes criminosas transnacionais.

O tema também gera preocupação entre autoridades ambientais, com impactos sobre a qualidade dos rios e sobre a ampliação do desmatamento. A preservação das florestas é uma tema central na COP30.

O estudo foi realizado pela Abin em parceria com a DNI (Direção Nacional de Inteligência) da Colômbia. O documento aponta o narcotráfico, a mineração ilegal de ouro e o tráfico humano como as principais ameaças para a segurança humana e ambiental da região. É o primeiro documento público conjunto entre serviços de inteligência sul-americanos sobre esses temas.

No Brasil, estima-se que a mineração ilegal responda por cerca de um terço de toda a produção anual de ouro. Na faixa de fronteira amazônica, esse cenário é mais crítico: a atividade predominante e praticamente todo o ouro extraído tem origem ilícita.

Segundo documento da Abin, o comércio ilegal de ouro na América Latina e no Caribe nunca foi tão lucrativo quanto nos últimos anos. Estima-se que os preços do metal tenham subido mais de 40% em 2024, alcançando um recorde histórico de mais de US\$ 3.000 (R\$ 16 mil) por onça (31,1 gramas) em março de 2025.

A extração de ouro na amazônia brasileira ocorre por meio de balsas e dragas de diferentes portes. Rios amazônicos como o Caquetá-Japurá, o Putumayo-Içá, o Amazonas-Solimões e seus afluentes formam uma extensa e complexa rede fluvial que sustenta a atividade garimpeira e outras atividades, como o tráfico de drogas.

Como a Folha mostrou, facções criminosas como o CV (Comando Vermelho) e o PCC (Primeiro Comando da Capital) mantêm negócios com grupos colombianos na região tanto para levar as drogas para serem consumidas no Brasil quanto para o escoamento da produção com destino à Europa e à África.

Segundo o documento, a principal modalidade de mineração praticada na amazônia é a aluviação, caracterizada pela extração de minerais, sobretudo do ouro, a partir de depósitos sedimentares localizados nas margens e no leito dos rios.

Essa atividade ocorre majoritariamente nos principais cursos hidrônicos da região, por meio de dragas e balsas. É comum o uso de mercúrio para separar o ouro dos sedimentos, além de combustíveis fósseis, como diesel e gasolina, que abastecem bombas e outros equipamentos de extração.

As balsas utilizam motores de menor potência, que medem de 10 a 30 metros de comprimento e custam a partir de US\$ 15 mil (R\$ 80.750), variando conforme o porte e a estrutura. Jás as dragas operam com motores de alta potência e sistemas de sucção robustos, com tubos que alcançam até 15 metros de profundidade. Podem ultrapassar 100 metros de extensão e exigir investimentos de milhões de dólares.

Segundo o documento, a atuação dessas embarcações altera a turbidez, reduz a penetração de luz e modifica a composição química da água. Isso impacta desde micro-organismos e plantas até espécies de peixes e predadores maiores.

O resultado é um desequilíbrio ecológico generalizado nos ecossistemas fluviais, com efeitos sobre comunidades indígenas e ribeirinhas que dependem desses rios para subsistência, alimentação e preservação cultural.

Além disso, a atividade impulsiona o desmatamento. Apesar da região do rio Puruá, entre janeiro de 2019 e agosto do ano passado, a mineração ilegal

devastou 2.559,86 hectares de floresta.

Uma outra constatação é de que municípios próximos às áreas de mineração ilegal, como Japurá, Jutai, Santo Antônio do Içá e Tabatinga, todos no estado do Amazonas, consolidaram-se como centros de apoio logístico à atividade garimpeira.

Nessas localidades, a extração de ouro frequentemente constitui uma das principais dinâmicas econômicas, impulsionada pela fragilidade do mercado de trabalho e pela escassez de alternativas produtivas sustentáveis.

As operações de mineração ilegal de ouro na fronteira entre Colômbia e Brasil envolvem quatro categorias principais: as redes criminosas, os grupos armados ou crime organizado transnacional, a má de ouro e os facilitadores.

Na Colômbia e no Brasil, comerciantes compram ouro ilegal de garimpeiros e donos de operações.

No lado brasileiro, parte do ouro extraído na fronteira com a Colômbia é vendida diretamente nas áreas de garimpo e em municípios como Japurá, Jutai, Tefé e Tabatinga, sem registro formal.

Outra parte segue para centros de "esquematismo" como Manaus e Itaituba (PA), onde entra na cadeia legal por meio de notas fiscais irregulares ou fraudadas.

Na Colômbia, a mineração ilegal está fortemente atrelada ao narcotráfico. Grupos criminosos investem em minas ou extorquem garimpeiros e depois convertem o ouro em imóveis, negócios ou depósitos bancários para lavar dinheiro.

Também podem adquirir o metal como forma de investimento ou utilizá-lo como pagamento por remessas de cocaína e maconha. Estima-se que, atualmente, o comércio ilegal de ouro na Colômbia gera maiores lucros do que o próprio narcotráfico.

Além disso, esses grupos armados como os Comandos da Fronteira, na

Colômbia, cooptam jovens indígenas para atuar na exploração ilícita de ouro, no tráfico de drogas e como cozinheiros em suas plantações de coca. Em alguns casos, o pagamento é feito com pasta base de cocaína.

Também incentivam esses jovens a vender drogas em suas comunidades. Todas essas atividades contribuem para o aumento dos níveis de consumo de drogas, suicídio e violência nas comunidades indígenas.

Já no Brasil não há indício de que as facções atuem também na extração ilegal do ouro.

## OS PRINCIPAIS RIOS AFETADOS E OS PROBLEMAS DA EXTRAÇÃO ILEGAL DE OURO

Bacia do Caquetá/Japurá

Rio Japurá (e seus afluentes Juami e Purué): Embora a mineração ilegal de ouro se mantenha reduzida tendo em vista que garimpeiros preferem afluente por conta da fiscalização, a área é uma rota para o tráfico de entorpecentes.

Rio Juami: Localizado dentro da Estação Ecológica Juami-Japurá, enfrenta um dos cenários mais críticos de mineração ilegal na Amazônia, com assoreamento e alterações no curso do rio devido ao despejo de sedimentos. Em 2024, foram registrados 116 alertas

devido à prática ilegal na região.

Rio Purué: Sua localização estratégica faz dela a porta de entrada para a Colômbia durante fiscalizações. A mineração, realizada com dragas e estrutura quase industrial, causa forte erosão, assoreamento e grave contaminação por mercúrio.

Bacia do Jutai (e seus afluentes Boá e Mutum): O garimpo de causa apresenta significativo, comprometendo a

atividade de pesca no Rio Jutai.

Outra parte segue para centros de "esquematismo" como Manaus e Itaituba (PA), onde entra na cadeia legal por meio de notas fiscais irregulares ou fraudadas.

Na Colômbia, a mineração ilegal está fortemente atrelada ao narcotráfico. Grupos criminosos investem em minas ou extorquem garimpeiros e depois convertem o ouro em imóveis, negócios ou depósitos bancários para lavar dinheiro.

Também podem adquirir o metal como forma de investimento ou utilizá-lo como pagamento por remessas de cocaína e maconha. Estima-se que, atualmente, o comércio ilegal de ouro na Colômbia gera maiores lucros do que o próprio narcotráfico.

Além disso, esses grupos armados como os Comandos da Fronteira, na

subsistência das comunidades ribeirinhas.

Rio Boá: A atividade tem caráter predatório, com uso de balsas e dragas de grande porte, causando impactos intensos.

Rio Mutum: Garimpeiros avançam sobre áreas protegidas federais e estaduais, incluindo a Reserva do Desenvolvimento Sustentável Cujubim, a Esec Jutai-Solimões e a Reserva Extrativista (Resex) do Rio Jutai. O município de Jutai funciona como centro logístico, oferecendo construção e manutenção de barbas, comércio, extração de ouro, fornecimento de combustíveis e mão de obra.

Bacia do Putumayo/Içá

Rio Içá (e seus afluentes Juami e Purué): A mineração ocorre em menor escala do que no Japurá, principalmente perdo da área de fronteira em pontos que favorecam a evasão.

Rio Purué: A área de mineração ilegal funciona como corredor de circulação e refúgio para organizações criminosas, elevando o risco de confronto. As ações de fiscalização são mais complexas devido à disposição de mineração, tráfego de drogas e grupos armados.

O município de Santo Antônio do Içá funciona como centro logístico de apoio às operações ilegais nos rios, facilitando o fornecimento de insumos, equipamentos e o deslocamento de pessoal enviado nas atividades ilegais.

Não é o único.

Bacia do Rio Teles Pires

Rio Teles Pires: Serve como fronteira natural entre os países. Há indícios da presença de garimpeiros brasileiros e colombianos utilizando maquinário pesado, grande parte transportado do território colombiano.

Rio Itirá (Departamento de Guainía, Colômbia): Parte de uma reserva ambiental. Dezenas de balsas operam ilegalmente. No departamento colombiano de Guainía, a extração ilegal resultou no uso de mais de 3.000 quilogramas de mercúrio entre 2015 e 2023.

Não é o único.

Bacia do Rio Cuiabá

Rio Cuiabá: Através de rios e rios que desembocam no Cuiabá, o garimpo ilegal é uma constante. Através de rios e rios que desembocam no Cuiabá, o garimpo ilegal é uma constante.

Não é o único.

Bacia do Rio Pará

Rio Pará: Serve como fronteira natural entre os países. Há indícios da presença de garimpeiros brasileiros e colombianos utilizando maquinário pesado, grande parte transportado do território colombiano.

Rio Tocantins: Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante. Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante.

Não é o único.

Bacia do Rio Amazonas

Rio Amazonas: Serve como fronteira natural entre os países. Há indícios da presença de garimpeiros brasileiros e colombianos utilizando maquinário pesado, grande parte transportado do território colombiano.

Rio Solimões: Através de rios e rios que desembocam no Solimões, o garimpo ilegal é uma constante. Através de rios e rios que desembocam no Solimões, o garimpo ilegal é uma constante.

Não é o único.

Bacia do Rio Pará

Rio Pará: Serve como fronteira natural entre os países. Há indícios da presença de garimpeiros brasileiros e colombianos utilizando maquinário pesado, grande parte transportado do território colombiano.

Rio Tocantins: Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante. Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante.

Não é o único.

Bacia do Rio Amazonas

Rio Amazonas: Serve como fronteira natural entre os países. Há indícios da presença de garimpeiros brasileiros e colombianos utilizando maquinário pesado, grande parte transportado do território colombiano.

Rio Tocantins: Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante. Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante.

Não é o único.

Bacia do Rio Pará

Rio Pará: Serve como fronteira natural entre os países. Há indícios da presença de garimpeiros brasileiros e colombianos utilizando maquinário pesado, grande parte transportado do território colombiano.

Rio Tocantins: Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante. Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante.

Não é o único.

Bacia do Rio Amazonas

Rio Amazonas: Serve como fronteira natural entre os países. Há indícios da presença de garimpeiros brasileiros e colombianos utilizando maquinário pesado, grande parte transportado do território colombiano.

Rio Tocantins: Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante. Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante.

Não é o único.

Bacia do Rio Pará

Rio Pará: Serve como fronteira natural entre os países. Há indícios da presença de garimpeiros brasileiros e colombianos utilizando maquinário pesado, grande parte transportado do território colombiano.

Rio Tocantins: Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante. Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante.

Não é o único.

Bacia do Rio Amazonas

Rio Amazonas: Serve como fronteira natural entre os países. Há indícios da presença de garimpeiros brasileiros e colombianos utilizando maquinário pesado, grande parte transportado do território colombiano.

Rio Tocantins: Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante. Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante.

Não é o único.

Bacia do Rio Pará

Rio Pará: Serve como fronteira natural entre os países. Há indícios da presença de garimpeiros brasileiros e colombianos utilizando maquinário pesado, grande parte transportado do território colombiano.

Rio Tocantins: Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante. Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante.

Não é o único.

Bacia do Rio Amazonas

Rio Amazonas: Serve como fronteira natural entre os países. Há indícios da presença de garimpeiros brasileiros e colombianos utilizando maquinário pesado, grande parte transportado do território colombiano.

Rio Tocantins: Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante. Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante.

Não é o único.

Bacia do Rio Pará

Rio Pará: Serve como fronteira natural entre os países. Há indícios da presença de garimpeiros brasileiros e colombianos utilizando maquinário pesado, grande parte transportado do território colombiano.

Rio Tocantins: Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante. Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante.

Não é o único.

Bacia do Rio Amazonas

Rio Amazonas: Serve como fronteira natural entre os países. Há indícios da presença de garimpeiros brasileiros e colombianos utilizando maquinário pesado, grande parte transportado do território colombiano.

Rio Tocantins: Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante. Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante.

Não é o único.

Bacia do Rio Pará

Rio Pará: Serve como fronteira natural entre os países. Há indícios da presença de garimpeiros brasileiros e colombianos utilizando maquinário pesado, grande parte transportado do território colombiano.

Rio Tocantins: Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante. Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante.

Não é o único.

Bacia do Rio Amazonas

Rio Amazonas: Serve como fronteira natural entre os países. Há indícios da presença de garimpeiros brasileiros e colombianos utilizando maquinário pesado, grande parte transportado do território colombiano.

Rio Tocantins: Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante. Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante.

Não é o único.

Bacia do Rio Pará

Rio Pará: Serve como fronteira natural entre os países. Há indícios da presença de garimpeiros brasileiros e colombianos utilizando maquinário pesado, grande parte transportado do território colombiano.

Rio Tocantins: Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante. Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante.

Não é o único.

Bacia do Rio Amazonas

Rio Amazonas: Serve como fronteira natural entre os países. Há indícios da presença de garimpeiros brasileiros e colombianos utilizando maquinário pesado, grande parte transportado do território colombiano.

Rio Tocantins: Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante. Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante.

Não é o único.

Bacia do Rio Pará

Rio Pará: Serve como fronteira natural entre os países. Há indícios da presença de garimpeiros brasileiros e colombianos utilizando maquinário pesado, grande parte transportado do território colombiano.

Rio Tocantins: Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante. Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante.

Não é o único.

Bacia do Rio Amazonas

Rio Amazonas: Serve como fronteira natural entre os países. Há indícios da presença de garimpeiros brasileiros e colombianos utilizando maquinário pesado, grande parte transportado do território colombiano.

Rio Tocantins: Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante. Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante.

Não é o único.

Bacia do Rio Pará

Rio Pará: Serve como fronteira natural entre os países. Há indícios da presença de garimpeiros brasileiros e colombianos utilizando maquinário pesado, grande parte transportado do território colombiano.

Rio Tocantins: Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante. Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante.

Não é o único.

Bacia do Rio Amazonas

Rio Amazonas: Serve como fronteira natural entre os países. Há indícios da presença de garimpeiros brasileiros e colombianos utilizando maquinário pesado, grande parte transportado do território colombiano.

Rio Tocantins: Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante. Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante.

Não é o único.

Bacia do Rio Pará

Rio Pará: Serve como fronteira natural entre os países. Há indícios da presença de garimpeiros brasileiros e colombianos utilizando maquinário pesado, grande parte transportado do território colombiano.

Rio Tocantins: Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante. Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante.

Não é o único.

Bacia do Rio Amazonas

Rio Amazonas: Serve como fronteira natural entre os países. Há indícios da presença de garimpeiros brasileiros e colombianos utilizando maquinário pesado, grande parte transportado do território colombiano.

Rio Tocantins: Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante. Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante.

Não é o único.

Bacia do Rio Pará

Rio Pará: Serve como fronteira natural entre os países. Há indícios da presença de garimpeiros brasileiros e colombianos utilizando maquinário pesado, grande parte transportado do território colombiano.

Rio Tocantins: Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante. Através de rios e rios que desembocam no Tocantins, o garimpo ilegal é uma constante.

Não é o único.

Bacia do Rio Amazonas

Rio Amazonas: Serve como fronteira natural entre os países. Há indícios da presença de garimpeiros brasileiros e colombianos utilizando maquinário pesado, grande parte transportado do território colombiano.</p